



Grupo  
Sub grupo

Brasil  
Contexto Relevância do problema de formação de Magist

1. Dualidade da sociedade brasileira e emergente dualidade educacional  
Fato dominante nos últimos cinquenta anos na vida brasileira, com referência à educação, é a expulsão e pressão gradual de dois sistemas escolares, que serviram ao país em sua tradição fundamental de sua sociedade, primeiro de estabelecer, e co- criar, depois de se sentirem e perceber que se iriam integrar, no processo de classe mediante o processo.  
Reflete-se na educação esse realismo substancial, com a manutenção, total a independência, de dois sistemas escolares. Um destinado à formação da elite, compreendendo a escola secundária acadêmica e as escolas superiores, mantido sempre sob o controle do poder central e, rigida e uniformemente, imposto à total a nação. Outro, destinado ao povo e, na realidade, à classe média emergente, compreendendo escolas primárias e escolas noturnas ocasionais, sob o controle, desde 1834, do governo provincial, ou locais e mais tarde, com a federação, do estados. Os dois sistemas eram separados e independentes, para o que contribuiu a sua subordinação a diferentes áreas do poder público. O sistema de elite era federal e o sistema popular ou de classe média do estado.

Além das diferentes filosofias educacionais de dois sistemas de educação de classe, havia a diferença política, pela qual o sistema de classe média era de manutenção pública e o de elite privada. O Governo Central manutinha uma escola secundária padrão ou modelo e umas poucas escolas superiores, às quais se abre- navam escolas privadas, sob o regime de concorrência de poder público e equiparadas, ao padrão público das instituições públicas. Os sis- temas escolares, pelo critério, eram fundamentalmente de manuten- ção pública. Nesses sistemas públicos se encontravam as escolas normais de formação do professor primário.

Transferida assim às provincias, primeiro, e depois ao estado, a ob- rigação de manter o sistema público de educação, até claro que este se iria expandir mais fortemente e gradualmente de fazer o sistema de educação de classe média nascente, o que logo ocorreu com o su- cesso primário e com o mesmo modo, sobretudo, feminino, por repre- sentar para as mulheres as primeiras oportunidades de educação. As escolas ocasionais femininas e entre elas, as escolas normais se fix- aram de prestígio social. Somente as escolas ocasio- nais masculinas, destinadas a ocupações manuais pecuárias marcadas por forte discriminação social.

manipulada



...no processo de sua ampliação, é o sistema imposto-se um sistema de classe média, com a preparação do magistério seria, já então a chave para esse resultado a própria escola primária pública e a escola normal como escolas seletivas. Sproule a de educação ocasional masculina possuía caráter popular e, por isto mesmo, depreciada o prestígio social, lutava por obter material para lograr melhores meios.

## 2. Popularização do ensino primário

Esta situação entra a modificar-se após a primeira guerra mundial, com a transformação da sociedade, em virtude das dificuldades de importação de bens de consumo, do início do processo de industrialização. Até então, o país mantivera-se em sua fundamental estagnação econômica de produtor de matérias primas e importador de produtos manufaturados de consumo. A situação reproduzia perfeitamente a de qualquer colônia européia com a sua sociedade dual <sup>(de "privilegiados" e "sempre os poucos educados")</sup> de poucos educados e ~~dos~~ nativos. Na década dos 20, desperta um dos governos estaduais-muito significativamente o do Estado de S. Paulo, o mais avançado no processo de industrialização - e promove reforma radical do ensino primário, a fim de <sup>estendi-lo</sup> ~~e mesmo destinar-se~~ a todas as crianças e não apenas à camada social média e alta. (Cap. 10)

A reforma reduziu o curso primário, <sup>em primeira tentativa, a dois anos e, finalmente, em 1926</sup> a quatro anos de estudo nas cidades e três anos na zona rural e, na década seguinte, a mudança passou a refletir-se na formação do magistério primário, com a criação das chamadas escolas normais regionais, com um curso de formação do magistério reduzido apenas ao primeiro ciclo do curso secundário.

Afastava-se o país do modelo <sup>anterior</sup> ~~francês~~ de escolas primárias <sup>com curso de matemática e complementares,</sup> de 6 a 8 anos de estudos e escolas normais, com o seu curso equivalente, em extensão, ao <sup>da escola secundária,</sup> ~~do liceu,~~ passando a adotar uma política de educação popular reduzida, com professores também de preparo reduzido.

Em países de cultura transplantada, como são os da América Latina, é curioso observar o reflexo de idéias em curso no desenvolvimento educacional europeu. Podemos, no Brasil, acompanhar as fases do argumento educacional que dominou, na própria Europa, o desenvolvimento da educação.

três correntes diversas e mesmo opostas uma a outra, representadas, para usar a terminologia de Raymond Williams, pelo "educador público", que defendia <sup>para todos,</sup> uma educação completa e adaptada a nova sociedade industrial e científica; pelo "industrial trainer" que se batia pelo <sup>trino</sup> ~~preparo~~ para o novo trabalho industrial, sem outras considerações; e, por fim, pelos "velhos humanistas", que julgavam se deveria voltar aos métodos de educação clássica, única suscetível de formar o homem, habitualmente <sup>entendido</sup> ~~construído~~ com o "gentleman".

Essas posições refletem-se no Brasil. O "educador público" domina, no período da implantação da república, as primeiras décadas da independência, quanto <sup>à filosofia de</sup> ~~ao~~ ensino primário, normal e ~~atrasado~~ <sup>dos sistemas estabelecidos de ensino;</sup> ~~profissional~~. Os "velhos humanistas" dominam no ensino secundário ~~aca-~~ <sup>demia e no superior de sistema federal de educação (foi mantido)</sup> mantendo o latim, como língua fundamental de educação, até ~~quase~~ os meados do século XX; o "industrial trainer" é a influência dominante nesse movimento iniciado <sup>na década dos 30!</sup> em S. Paulo, a que venho chamando a "popularização" da educação, com o programa mínimo de educação primária e o relevo em educação <sup>profissional ou técnica</sup> ~~técnica~~ para os níveis posteriores da educação.

<sup>A ideia de treinamento para o trabalho aliada à expansão do ensino a todos resultou, na prática, em um programa de</sup>  
~~No Brasil, a ideia assumiu o caráter de~~ menos educação a maior número de alunos. Além da redução do curso primário, logo <sup>para ampliar a matrícula,</sup> surgiu, a inovação dos turnos escolares, ou seja, o funcionamento da escola em vários turnos, <sup>com reduções do dia escolar, e, por fim,</sup> a redução do período de formação dos professores. <sup>chamada</sup> ~~e a redução do dia escolar.~~ Era a "democratização" do ensino, que passou a ser concebida como a sua diluição e o encurtamento dos cursos. Longe iam as idéias dos primórdios da república, em que se sonhava um sistema escolar estendido a todos, mas com os mesmos padrões da educação anterior de poucos. A despeito da tremenda expansão do conhecimento humano, um paradoxal imediatismo escolar reduziu a duração dos cursos e do dia escolar a fim de oferecer a maior

o vinga porque antes se destinava a conferir certos privilégios através do secundário acadêmico pela improvisação de escolas secundárias, subditos ao "educado" pelos padrões anteriores da educação para pouca formação adequada de professores. A filosofia de educação mínima a maioria, e que agora se estende aos muitos ou quasi muitos.

Esta filosofia de mais educação pela improvisação, e pressão dos cursos e superlotação das escolas reflete-se na formação para a classe popular e escolas para as classes média e superior de magistério, que entra na fase que talvez se possa considerar sua completa deterioração, conforme passamos a analisar.

### 3. A dualidade do sistema escolar e a formação do magistério

Esse movimento de popularização do ensino primário foi modo, o início de uma expansão educacional, em todos os níveis, que iria progressivamente destruir a dualidade do sistema educacional brasileiro. Até 1934 essa dualidade, que se originava do ato adicional, a Constituição do Império, de 1834, e a secundária e superior ao Governo Central, fora substancialmente mantida. A educação brasileira compreendia a escola secundária acadêmica, preparatória para a escola superior e as escolas superiores, subordinadas ao controle federal e a escola primária, seguida de escolas vocacionais, médias, subordinadas ao controle estadual. O primeiro formava a chamada elite nacional, o segundo, os quadros de ocupações de nível médio e inferior. Os dois sistemas eram separados e independentes. Embora, como já referimos, a escola primária e secundária fossem destinadas às classes média e superior e a escola primária e vocacionais às classes inferior e trabalhadora.

Em 1934, o governo federal, então ditatorial, editou uma lei nacional de educação dispondo sobre o ensino primário e o ensino secundário acadêmico por meio de escolas normais, com o que pôs o ensino estadual sob o controle legal do governo federal. Essa expansão se efetivou pela improvisação de escolas normais, a que o Governo Federal concedeu a necessária equiparação, rompendo a política de limitação de acesso aos poucos lugares de elite social. O currículo era uniforme, rígido e difícil, mas as facilidades de equiparação reduziram as custas a simples formalidades a serem regularmente atendidas. Deste modo facultada, as normas uniformes e rígidas do curso secundário federal. Eram escolas vocacionais, que não davam direito ao ingresso no ensino superior. A primeira modificação consiste na uniformização do primeiro ciclo de estudos (os primeiros 4 anos) ao modelo federal mantido estimulada pela maior centralização de poderes no governo federal, durante o período ditatorial que, praticamente, se estendeu de 1930 a 1946. O sistema estendeu-se em essência, reduzido ao ensino primário, passando o sistema

escola normal tivessem, devido à própria estrutura a composição social do magistério primário, conquistado prestígio e escolas de classe média, a dualidade, não menos legal, de dois sistemas assim se conservou até a década de 20. Com a reabertura do ensino primário 4 anos de estudo a legislação federal de 1930, fixando o início do curso secundário em 11 anos de idade, os

